

DIOGO DA SILVA ROIZ**
JONAS RAFAEL DOS SANTOS***

DA FRANÇA PARA O BRASIL: LEITURAS E APROPRIAÇÕES DO MARXISMO E DA “NOVA HISTÓRIA CULTURAL” NUM DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA *

Resumo: Procura-se, neste artigo, analisar a renovação dos suportes conceituais e metodológicos de professores do programa de pós-graduação em História da UNESP, Campus de Franca, tendo por base a forma como foi recebida a terceira geração da “Escola dos Annales” na docência e na pesquisa dos profissionais que tiveram a sua formação alicerçada aos pressupostos de “escolas marxistas”.

Palavras chave: Relações intelectuais; França e Brasil; Nova História Cultural; Escola dos *Annales*.

Abstract: This article to analyse the redevelopment conceptual of the professors what tach at the History Program of Master at UNESP/Franca, observing how de third generation of Annales was accepted by them.

Key-words: Intellectuals relationships; France and Brazil; New Cultural History; Annales.

Artigo recebido em 22/02/2011
Artigo aprovado em 10/05/2011

** Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

*** Doutor em História pela UNESP, Campus de Franca. Professor da Rede pública Municipal de Campinas. E-mail: jrafsantos@yahoo.com.br.

* Versões anteriores deste texto foram apresentadas e publicadas nos anais do XVIII Encontro Regional da Anpuh, seção de São Paulo, de 2006 e na XXIII – Semana de História da UNESP de Assis, que ocorreu em setembro de 2005, e gostaríamos de agradecer aos professores doutores Claudinei Mendes, José L. Beired, Milton Costa, Sara Albieri e a Raquel Glezer a discussão produtiva.

“Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr. [foi o] portal do mundo das ‘verdades’ que passei a conhecer desde então (...). Demorei anos para descobrir que cada escola historiográfica tem suas próprias ‘verdades’. Mas, como na academia só conhecera uma [a marxista], pensava que aquela era a Verdade, e ela estava em desacordo com tudo o que conhecera até então.” (MANOEL, 1998a: 7-8)

No interior do pensamento de esquerda, apresentou-se uma crise ininterrupta sobre a base de seu ‘projeto político’, com a queda do Muro de Berlim em 1989, e com o fim da URSS, no início dos anos de 1990, os reflexos desta crise se agravaram ainda mais. Seguindo um movimento oposto, nas últimas décadas, segundo Peter Burke (2000, 2005), os estudos culturais (re)despertaram a atenção de pesquisadores em vários países. Historiadores (e Cientistas Sociais) com abordagens econômicas e sociais passaram a dar maior atenção às questões culturais. O mesmo tem ocorrido com historiadores dos ‘eventos políticos’, que começaram a se interessar pelo que foi recentemente caracterizado como ‘cultura política’. Nesse processo, de acordo com os locais de atuação profissional e as respectivas ‘redes (ou espaços) de sociabilidade’¹, (alguns) intelectuais até então herdeiros do marxismo definem-se (e em certos casos passaram a ser classificados) como estudiosos da cultura, e têm se vinculado ao que foi definido como a ‘Nova História Cultural’.

O número de pesquisas que têm se preocupado com o mapeamento e análise deste processo são ainda muito escassas (REMOND, 1996; SIRINELLI; RIOUX, 1998; SALIBA, 1996, p. 21-33; PESAVENTO, 2003). A maior parte dos trabalhos preocupa-se em demonstrar, por meio da trajetória de alguns intelectuais, a forma como essas mudanças foram recebidas em suas obras (NORA, 1989; D’ALÉSSIO, 1999; PALLARES-BURKE, 2000; MORAES; REGO, 2002). Por outro lado, acaba-se, na maioria das vezes, por se analisar os grandes centros, sem com isso se dar atenção à maneira como foi e está sendo ‘apropriado’ e ‘absorvido’ em locais como, por exemplo, o Brasil (ARANTES, 1994; D’ALÉSSIO, 1994; D’ALÉSSIO; JANOTTI, 1996; RAGO, 1999). Para o caso do Brasil, os poucos textos que se detiveram à questão focalizam sua atenção para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, sem apreciar como tais mudanças foram, e poderiam estar sendo, recebidas em outros Estados. Mesmo no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, tais estudos observam mais as capitais e as grandes universidades (D’ALÉSSIO; JANOTTI, 1993; CIAMPI, 2000), sem com isso, ao

¹ As redes, ou locais/espacos, de sociabilidade segundo Ângela de Castro Gomes permitem “trabalhar com o meio intelectual [porque sua função] é, em grande parte, mapear um espaço social que ambas as noções [de intelectual e de geração] cobrem n[um] duplo sentido (...). O primeiro, organizacional, contido no delineamento de uma rede de relações que materializa intercâmbios sociais durante certo período e segundo várias formas. Os ‘lugares’ de sociabilidade de uma geração – escolas [e/ou universidades], associações intelectuais, revistas (...) – podem ser indicadores valiosos para a análise de movimentos de produção e circulação de idéias (...). O segundo sentido é simbólico e está como que oculto nessa rede de relações que se constrói”. (GOMES, 1996: 41-2). Para uma melhor compreensão deste termo, ver: (SIRINELLI, 1996: 231-270; SIRINELLI, 1996b: 131-138).

menos, notarem as possíveis ‘redes de sociabilidade’ que se formariam para que essas alterações, no campo dos estudos históricos, fossem recebidas em universidades localizadas no interior dos Estados.

Nesse sentido, estudam-se, neste texto, algumas relações intelectuais construídas entre os historiadores brasileiros, com os historiadores e a historiografia francesa. Analisa-se, mais detidamente, a recepção da ‘terceira geração’ da ‘Escola dos *Annales*’ no Estado de São Paulo, por meio dos intercâmbios sociais efetuados entre professores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP). De modo que, procura-se mostrar como os professores do Departamento do curso de História da UNESP, Campus de Franca, vieram a repensar seus suportes conceituais, provenientes de ‘escolas marxistas’ (e, em alguns casos, junto à ‘segunda geração’ do movimento dos *Annales*, liderados por Fernand Braudel), já que no período contemporâneo aqueles modelos teóricos consagrados pela historiografia, e sob os quais haviam se formado, passam por um momento de desprestígio político e explicativo, e, no limite, foram substituídos pelas alternativas metodológicas da ‘Nova História Cultural’. Assim, irá se discutir onde e quando se formaram, quando passaram a lecionar no Departamento de História e a orientar no programa de pós-graduação em História da UNESP de Franca, quais as características do programa e das dissertações defendidas, e, por fim, como a ‘Nova História Cultural’ foi lida e apreendida entre alguns destes professores.

A importância desta análise encontra-se em caracterizar as condições de possibilidade, em que um ‘movimento intelectual’² é lido, conhecido, interpretado e recebido, não apenas nas capitais, de países como o Brasil, que mantêm ainda certa condição de dependência intelectual com a historiografia internacional, e também a forma como àquelas inovações são ainda interpretadas no interior dos Estados (que necessariamente estabelecem um diálogo com as capitais e com o exterior), mas, principalmente, demonstrar a originalidade e pluralidade de leituras e interpretações que podem ser (e são) produzidas sobre um ‘movimento intelectual’, quando é recebido em outro lugar (DARNTON, 2005; BERLIN, 2002). Por outro lado, estudos como esse se justificam ainda por tentarem pormenorizar o transculturalismo (SILVA, 2002) e a apropriação de procedimentos de pesquisa e interpretação do passado (CHARTIER, 1990), de um lugar para outro. E, no caso do Brasil, a maioria das análises (DIEHL, 1999, 2004; CARDOSO; VAINFAS, 1997; FREITAS, 1998; FICO; POLITO, 1992; COSTA, 1994; D’ALÉSSIO, 1994) generalizam o processo, ressaltando que, no campo dos estudos históricos, teria se passado de uma leitura do que é

² A definição de ‘movimento intelectual’ foi tomada de empréstimo do estudo de: DARNTON, 2005: 17-39.

genericamente entendido como a ‘escola metódica’, para uma apropriação do ‘movimento dos *Annales*’, perpassando pelo marxismo, e indo em direção à ‘Nova História Cultural’³.

Assim, partindo da interpretação de Peter Burke (2005), o questionamento que perpassa por este estudo é como os livros e autores da ‘Nova História Cultural’ foram lidos e recebidos pela intelectualidade⁴ paulista, em que parte significativa é composta por historiadores universitários, que lecionavam (e lecionam) no interior do estado de São Paulo.

Para atingir esse objetivo, os informes selecionados na pesquisa, constituíram-se, principalmente, dos trabalhos acadêmicos, de acordo com a produção individual, desde dissertação de mestrado, tese de doutoramento e livre docência, que foram defendidas entre o fim da década de 1970 e início da de 1980 – momento em que obras estrangeiras de autores representantes, ou próximos, aos métodos da “Nova História Cultural” começavam a ser traduzidas, e debatidas em universidades e congressos nacionais com maior frequência (DIEHL, 1999, 2004; FALCON, 1996) – e a partir de 1990 – quando foi consolidada a divulgação de obras estrangeiras entre os intelectuais brasileiros e se produziam “novas” reflexões sobre a História, respaldando um considerável aumento de pesquisas apoiadas em tais modelos (CARDOSO; VAINFAS, 1997; FICO; POLITO, 1992; FREITAS, 1998; IGLÉSIAS, 2000). De acordo com esse material e a consulta ao memorial acadêmico⁵ – nos casos em que o profissional havia defendido sua livre-docência e por meio do currículo *Vitae* daqueles que não – elaboraram-se entrevistas⁶ para preencher lacunas que por ventura foram deixadas, no intuito de verificar que concepções tiveram e estão tendo agora da História e de sua escrita. A hipótese aqui levantada é que mesmo vindo de ‘gerações’⁷ diferentes, os

³ Atente-se ainda, que no caso dos programas de pós-graduação no país, nos níveis de mestrado e doutorado, foi apenas na década de 1970 que houve a definição de regulamentações nacionais e o estabelecimento de regras para a abertura de novos programas, coisa que de fato só se verá uma expansão significativa, entre vários Estados (em universidades estaduais e federais), entre as décadas de 1980 e 1990. Cf. DIEHL, 2004; FICO & POLITO, 1992, 2v; CAPELATO; FERLINI; GLEZER, 1995, 3v.

⁴ Para o conceito de intelectual, ver: SAID, 2005; BOBBIO, 2001.

⁵ Os memoriais acadêmicos se referem ao quadro sucinto de experiências adquiridas pelo profissional no âmbito de sua especialidade e do relato dessas experiências na forma de registro de aquisição de títulos, cargos e publicações. Há casos em que apenas consta o currículo *Vitae* nos memoriais acadêmicos.

⁶ Foram elaboradas 15 entrevistas, cujo roteiro era composto por cinco questões, em que a primeira era comum a todos e as outras quatro específicas aos temas pesquisados por eles. Destas entrevistas que foram respondidas por escrito só tivemos o retorno de três questionários. Outra tentativa foi efetuada com roteiros para mais 15 entrevistas orais, mas apenas três se dispuseram a serem entrevistados. De modo que da amostra dos 15 docentes, só tivemos, entre entrevistas escritas e orais, cinco roteiros respondidos, isto é, um terço da amostra.

⁷ Para Ângela de Castro Gomes a utilização da categoria “geração” como instrumento de análise das condições de desenvolvimento de grupos, torna-se operacional na medida em que o estudioso procurar pensá-la tanto em um tempo “interior” (como cada indivíduo, de diferentes idades e origens, capta a experiência vivida pelo grupo no tempo), como em um tempo “exterior” (ou seja, quais as características do contexto social em que se desenvolveram). “Em outras palavras, o uso da categoria geração foi [para ela] considerado operacional para uma abordagem que pretende destacar as características das trajetórias de vida de autores, relacionando-as entre si através de vínculos pessoais privados e profissionais/públicos ao longo do tempo.” (GOMES, 1996: 39).

professores do Departamento tiveram em comum o convívio entre eles, tanto na docência como na pesquisa no curso de História, o que nem por isso fez com que a forma como receberam as inovações da “Nova História Cultural” viessem a ser idênticas.

A escolha da amostra resultou, em primeiro lugar, das condições sociais em que cada um deles havia se formado: sendo dispersa na graduação, mas se aproximando na pós-graduação, e vindo a compor quase cem por cento dos casos no doutorado, que havia sido feito, ainda que em momentos distintos, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tabela – 1). E, em segundo lugar, em função da maneira como se encontrava o Departamento de História da UNESP, Campus de Franca, em 1998.

Tabela 1:

Distribuição das dissertações e teses de cada professor, segundo o ano e o lugar da defesa.

<i>Professores</i>	<i>Mestrado</i>	<i>Doutorado</i>	<i>Livre docência</i>
01 – Alberto Aggio	1990 – USP	1996 – USP	1999 – UNESP
02 – Teresa Maria Malatian	1978 – PUC/SP	1988 – USP	1999 – UNESP
03 – Ivan Aparecido Manoel	1982 – UFSCar	1988 – USP	1998 – UNESP
04 – Alzira Lobo de Arruda Campos*	1978 – USP	1986 – USP	1998 – UNESP
05 – Maria Aparecida J. Veiga Gaeta*	1983 – UNESP	1992 – USP	1998 – UNESP
06 – Hercídia Mara Facuri Coelho*	_____	1986 – USP	1998 – UNESP
07 – José Evaldo de Mello Doin	_____	1986 – USP	2001 – UNESP
08 – Pedro Geraldo Tosi	1992 – UNESP	1998 – UNICAMP	
09 – Aparecida da Glória Aissar*	1977 – USP	1981 – USP	
10 – Néri de Almeida Souza	_____	1998 – USP	
11 – Dulce M. Pamplona Guimarães*	1978 – USP	1996 – USP	
12 – Marisa Saenz Leme	1977 – USP	1985 – USP	
13 – Ida Lewkowicz	1979 – USP	1992 – USP	
14 – Moacir Gigante	1994 – UFSCar	2003 – UFSCar	
15 – Nelson Schapochnik	1992 – USP	1999 – USP	

Fonte: Memoriais acadêmicos, currículos *Vitae*, teses e dissertações armazenadas na Biblioteca da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca.

* Professores aposentados.

Com base na tabela acima, observa-se que a amostra é composta por 6 homens e 9 de mulheres, dos quais, 7 fizeram seu mestrado na USP, 2 na UNESP, 2 na UFSCar e 1 na

PUC/SP. Já no doutoramento, 13 o fizeram na USP, 1 na UNICAMP e 1 na UFSCar. O aumento expressivo de professores que vieram a fazer o doutoramento na Universidade de São Paulo ocorreu, fundamentalmente, porque além de ter sido uma das primeiras universidades no Brasil a criar o curso de graduação em Geografia e História na década de 1930⁸ e, posteriormente, desenvolver seu programa de pós-graduação em História (LAPA, 1981; MESGRAVIS, 1997), foi apenas na década de 1970, que o sistema universitário nacional começava a se expandir nas Ciências Humanas, criando programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, principalmente, em Universidades públicas Federais e Estaduais (CARDOSO; VAINFAS, 1997). Vale destacar ainda, que na USP, 6 dos professores fizeram o curso de graduação, 2 na PUC/SP, 3 na UNESP, 1 na FGV, 1 na UNICAMP, 1 na Universidade Católica de Campinas e 1 na UFSCar. Destes 11 fizeram o curso de graduação em História e 4 em outras áreas – 1 em Ciências Sociais, 1 em Pedagogia, 1 em Administração e 1 em Sociologia.

Verificou-se, ainda, que na amostra selecionada havia dois grupos. Primeiro, porque se diferenciavam na idade, e no momento em que fizeram sua graduação e pós-graduação. Segundo, porque houve diferenças no tempo em que ocorreu o ingresso no curso de História da UNESP, Campus de Franca. O primeiro grupo representou 8 dos selecionados, que nasceram entre 1935 e 1950, fizeram o curso de graduação entre as décadas de 1950 e 1970 e defenderam seus trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas de 1970 e 1980. O segundo grupo representou 7 dos selecionados, que nasceram entre 1951 e 1965, fizeram o curso de graduação entre as décadas de 1960 e 1980 e defenderam seus trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas de 1980 e 1990.

Contudo, antes de analisarmos a trajetória dos docentes, é preciso conhecer, mesmo que sucintamente, a história do curso de graduação e da pós-graduação em História. Foi no ano de 1962, por meio da lei 6.814/62, que o Governo do Estado de São Paulo criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, naquele momento instituto isolado, oferecendo a partir de 1963 os cursos de: Geografia, História, Letras e Pedagogia. O curso de graduação em História da atual Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista foi instalado em 1963, na Faculdade de Filosofia, que era um

⁸ O curso de História surgiu unificado ao curso de Geografia. Permaneceram unidos até 1955, quando foi instaurado decreto federal que os tornariam cursos independentes. Na Universidade de São Paulo, essa medida foi executada em 1956, depois de aprovado decreto estadual que sancionava a mudança institucional. Todavia, o funcionamento das cadeiras permaneceu sob o caráter de regime de cátedras, já em funcionamento desde 1934. Apenas em 1968 este regime foi extinto, em função da ‘nova’ disposição departamental. Para maiores detalhes sobre o assunto consultar, entre outros: ROIZ, 2004, 2007; MESGRAVIS, 1983; CAPELATO, GLEZER & FERLINI, 1994; FRANÇA, 1971.

instituto isolado, e, em 1976, a Faculdade e o curso foram incorporados a Universidade Estadual Paulista (UNESP), aonde vem conferindo, desde então, o diploma de Licenciatura e Bacharelado nesta área.

Naquele momento histórico, início da década de 1960, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, bem como as demais [como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a de Marília, Araraquara, dentre outras], criadas nos finais da década de 1950 e início dos “anos 60”, era uma necessidade que se impunha ao Estado em face da ausência de cursos superiores públicos no interior do Estado de São Paulo, que pudessem abrigar todos quanto aspiravam ao ensino superior. E, nesse contexto, o curso de História era um dos mais reclamados.⁹

Durante o período de 1963 a 2000, formaram-se 1.153 alunos no curso de História, sendo destes: 804 Licenciados, 322 Licenciados-Bacharéis e 27 Bacharéis. Foi em meio a momentos de baixa procura, em função de reestruturações provenientes de leis federais e decretos estaduais, tais como, o da unificação do curso de História e Geografia para Estudos Sociais (ainda que fosse permitido ao aluno, a escolha da Licenciatura plena em História, ou em Geografia), em que o curso de História chegou a formar, por exemplo: apenas 16 alunos em 1975, 12 em 1976 e 13 em 1978. Evidentemente, antes desse momento o curso também se viu em momentos de baixa demanda de inscritos e formandos: 19 alunos nos anos de 1971 e 1973, dos 30 que se matricularam em 1968 e 1970, no período diurno.

Com turmas no período diurno e noturno, todavia, chegou também a formar apenas 16 alunos em 1981, dos 60 que iniciaram o curso em 1978, e 7 em 1983, dos 60 que iniciaram em 1980¹⁰. Com o alto número de evasões no curso, diversas medidas foram implantadas nos anos de 1990 para resolver o problema, dentre as quais: revisões da grade curricular do curso; contratação de novos professores; desenvolvimento de grupos de pesquisa que vieram a conseguir bolsas para a iniciação científica (como a Pibic/CNPq, a PET/CAPES, as da FAPESP); desenvolvimento de programas de assistência estudantil (como bolsa permanência PAE e moradias estudantis); elaboração e renovação de eventos de divulgação de pesquisas e debates, como a Semana de História (que teve início no final dos anos 70, mas havia sido suspensa por alguns anos).

Nesse sentido, a trajetória acadêmica de Geraldo Chizoti (que foi aluno do curso de graduação em História desta Faculdade no início dos anos 70, do programa de pós-graduação em História no final da década de 1970, e professor no curso de História, nas disciplinas de

⁹ Relatório de reformulação do curso de graduação em História. São Paulo: UNESP, 2001, p. 4.

¹⁰ Registro de alunos regulares – formados – Grupos distribuídos na Seção de Graduação. Fundo do Campus de Franca, Arquivo Permanente, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP.

História Ibérica e História Contemporânea, nos anos de 1980 e 90) é representativa, pois, possibilita expor alguns fragmentos dessa época. Em seu memorial acadêmico ressaltou que “duas palavras desponta[va]m na [sua] mente ao redescobrir as primeiras realidades, que me despertaram para os problemas do mundo e com os quais eu me envolveria nos anos vindouros: a Guerra e a Igreja (católica)” (CHIZOTTI, 1992, p. 2). Por que foram eles que lhe levaram a cursar Seminários e a exercer o sacerdócio como padre durante vários anos, e ainda prosseguir seus estudos, tornando-se professor e pesquisador na área de História (tendo por temas de pesquisa àqueles acima indicados). Todavia, o que aqui nos interessa foi a sua experiência com o curso de História, quando passou por ele como aluno e depois como professor. Diz ele:

Não estava na sua melhor fase a Faculdade de Filosofia de Franca, quando nela ingressei em 1970 para fazer o curso de História (...). Estava o país sob o regime militar, que impusera uma calma cultural nos meios universitários. (...) Muito se falava em história factual (negativamente) e história conceitual (positivamente) (...). A licenciatura foi útil, sobretudo, para desvendar o campo historiográfico, com toda sua variedade ideológica e metodológica... (CHIZOTTI, 1992:15-16).

As memórias deste professor convergem, pelo menos em parte, com a interpretação de Ronaldo Vainfas (1997, p. 127-62) sobre este período, quando indicou que justamente durante o Regime Militar (1964-1985), visto como autoritário e repressivo, foi que as universidades passaram a ser um gueto de leitura e recepção do marxismo, até como uma forma de ‘combate intelectual’ contra o regime ditatorial da época¹¹. Também corrobora com esta análise a interpretação de Alberto Aggio (1999), que se pautando sobre a maneira como as obras de Antônio Gramsci foram recebidas e apropriadas no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, destaca também que justamente durante o regime militar é que se estabeleceu uma maior apreciação daquele estudioso marxista, como ainda de vários outros autores marxistas. Mas é difícil, evidentemente, por meio da experiência de um aluno, depois professor, demonstrar os percalços e os caminhos pelos quais passou o curso de História, sendo apenas possível levantar fragmentos daquilo que ficou na ‘memória coletiva’¹². Além disso, a memória é sempre seletiva e escolhe aquilo que virá a eleger dentro do conjunto dos

¹¹ Para um estudo sobre o seminário de Marx, ver: SCHWARTZ, 1999: 86-105. Para um estudo da introdução da ‘escola dos *Annales*’ e do marxismo nas universidades paulistas neste período ver: D’ALÉSSIO, 1994. Ambos os trabalhos contribuem para um melhor detalhamento sobre a introdução do marxismo nas universidades de São Paulo durante este período.

¹² Para Maurice Halbwachs, a ‘memória coletiva’ resultaria de um quadro histórico de uma época, porque é uma construção social que dá sentido a identidade de um grupo de pessoas. Ao mesmo tempo em que estariam limitadas as circunstâncias sociais dessa época. Por isso entenderiam aquela história rememorada como ‘real’. Esses atores sociais, por isso, seriam resultados e resultantes daquela atmosfera psicológica que construiu suas personalidades individuais (HALBAWACHS, 1990).

‘eventos históricos’ como primordiais, de acordo com as circunstâncias históricas do período, e em meio à ‘autonomia relativa’ das escolhas dos ‘sujeitos históricos’, dentro dos ‘lugares sociais’ onde cada um se encontra (HALBAWACHS, 1990). Por isso mesmo, a memória escrita racionaliza a experiência, dando sentido a uma trajetória. Por isso também, que ela se altera de acordo com as transformações das sociedades e dos homens no tempo. Mas ainda assim, ela permite ao pesquisador vislumbrar como a História faz o historiador e o historiador escreve a (sua) História (HALBAWACHS, 1990; REMOND, 1996; FERREIRA, AMADO, 1996; PROST, 2000).

Desta feita, depois de concluir o curso de graduação: “a primeira e grande dificuldade do mestrado foi à desvinculação com relação à licenciatura (...). Outras desvantagens vieram da estrutura do curso, restrito à História da América Latina Colonial” (CHIZOTTI, 1992, p. 16-17). Depois de concluídas as etapas de formação universitária, veio a ministrar aulas no curso de História da FHDSS da UNESP, Campus de Franca, para o qual não apenas vislumbrou a renovação do corpo docente e discente no curso, mas também as suas mudanças institucionais. A unificação dos antigos departamentos, por exemplo, para o atual departamento de História, no ano de 1995, permitiu visualizar-se um problema que até aquele momento havia sido pouco notado, o da rápida diminuição no corpo docente do curso de História. Em 1995, o departamento tinha 26 professores e no ano de 2001 havia apenas 12, sendo que do total de professores do curso que fora de 30, em 1995, no primeiro semestre do ano de 2001 possuiria apenas 18¹³. E foi em meio a tais transformações que este professor se aposentou (juntamente com outros) entre os anos de 1997 e 1998.

No ultimo terço do século XX, coexistindo com parte daquelas mudanças institucionais e do corpo docente, que a formação de professores e pesquisadores no curso de

¹³ Cf. Relatório sobre o projeto pedagógico do curso de graduação em História da FHDSS/UNESP/Franca. Elaborado em atendimento aos ofícios circulares 08/01 – PROGRAD, de 14 de março de 2001 e 09/01 – PROGRAD, de 04 de abril de 2001, pp. 04 a 31. No segundo semestre de 2001 assim estavam distribuídos os professores do curso: no departamento de História – Alberto Aggio (livre docente) História da América II, Dario Horácio Gutiérrez Gallardo (doutor) História da América I e Iniciação a Pesquisa, Fernando Nogueira (doutor) História Moderna, Ida Lewkowicz (doutora) História Moderna, Ivan Aparecido Manoel (livre docente) História do Brasil III, José Evaldo de Mello Doin (livre docente) História Contemporânea I, Margarida Maria de Carvalho (doutora) História Antiga, Maria Celeste Fachin (mestre) História Antiga, Marisa Saenz Leme (doutora) História do Brasil II, Moacir Gigante (mestre) História Contemporânea II, Néri de Almeida Souza (doutora) História Medieval, Tereza Maria Malatian (livre docente) Historiografia e Teoria da História, Márcia Regina Capelari Naxara (doutora) Metodologia da História, Jean Marcel Carvalho França (doutor) História do Brasil I, Maria Aparecida de Souza Lopes (doutora) História da América – no departamento de Estudos Sociais Básicos e Educação – Albério Neves Júnior (mestre) Sociologia, Célia Maria David (doutora) Prática de ensino de História e Didática, Héctor Luís Saint-Pierre (livre docente) Filosofia, Pedro Geraldo Tosi (doutor) Economia, Suzeley Kalil Mathias (doutora) Política, Vânia Martino (doutora) Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Psicologia da Educação. O curso de graduação da FHDSS/UNESP/Franca é composto pelas disciplinas acima e acrescentado por um conjunto de disciplinas optativas selecionadas pelos alunos a partir do segundo ano do curso.

História na UNESP, Campus de Franca (e em outras universidades do Estado e do país) mudou pelo menos por duas razões: a) por ter acompanhado as mudanças das esferas socioculturais e políticas da sociedade, uma vez que isso colocaria em questão sua finalidade e quais as suas utilidades, para a sociedade que se redefinia; b) e pela renovação nos objetos, métodos e problemas no campo da pesquisa histórica, vislumbrados, principalmente, pela ‘Nova História’ francesa, que proporcionariam redefinições tanto na grade curricular, quanto na escolha bibliográfica, efetuada pelos professores em suas disciplinas. Para Laura de Mello e Souza:

Além de tantas outras viradas bruscas, os anos [19]60 e 70 deste século revelaram um interesse súbito pelas minorias, pela marginalidade, pela exclusão – a tal ponto que, no futuro, ao lado da revolução comportamental, do movimento estudantil, da incorporação (*latu senso*) do Oriente, talvez fique este súbito interesse dos estudos acadêmicos pelo louco, pelo criminoso, pelo mendigo [além do papel e do lugar das mulheres e crianças nas sociedades passadas], pelo migrante miserável que o capitalismo selvagem dos países latino-americanos despejou sobre os seus principais centros urbanos (MELLO E SOUZA, 1986: 11).

Por outro lado, o curso de pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista foi implantado a partir de um projeto global, elaborado em 1979, que pretendia organizar os estudos pós-graduados da UNESP de Assis e Franca. A partir de estudo conjunto de professores das duas Faculdades resultou a proposta de um curso de pós-graduação em “História da América Latina”. Franca organizou seus estudos na área de “História da América Latina Colonial” e Assis em “História da América Latina Contemporânea”.

No ano de 1989 (época em que se avolumavam as críticas sobre o marxismo, principalmente, em função da queda do ‘Muro de Berlim’), entretanto, o programa do curso de pós-graduação em História foi reformulado, mediante alterações provenientes no corpo docente e pela eleição de ‘novos’ temas de pesquisa, vinculados à dinâmica da historiografia internacional, reunida sob a denominação de ‘Nova História’. A elaboração da área de “Relações sociais, cultura e ideologia” veio a substituir a área de pesquisa sobre “História da América Latina Colonial” em Franca.

A área de concentração implantada desde 1989 visava abordar a realidade social a partir do conceito de cultura, entendido com a abrangência próxima da compreensão antropológica do termo e que implica o estudo das representações de categorias e grupos sociais específicos, as manifestações das mentalidades e os estudos sobre o cotidiano. A temática da ideologia foi direcionada para questões referentes às relações de poder na sociedade de classes (LEWKOWICZ, DI GIANNI, 2000: 8).

De modo que, tal como vimos acompanhando acima a interpretação de Peter Burke (2005) sobre a ‘Nova História Cultural’, observa-se aqui a forma como o corpo docente do programa de pós-graduação em História interagiu com as alterações dos enfoques temáticos da historiografia de outros países, convergindo com a maneira como se deu esta mudança na França. E isso, fundamentalmente, em função da leitura e interpretação das obras e dos autores da ‘Nova História Cultural’, que estava se iniciando naquele momento, em várias universidades brasileiras (CARDOSO, VAINFAS, 1997). Por outro lado, mesmo com o relativo desgaste interpretativo dos modelos de explicação da realidade social, expresso nas diversas ‘escolas marxistas’ (ANDERSON, 2004), que o corpo docente do programa de pós-graduação em História, embora optasse por linhas investigativas e abordagens então aceitas pelos ‘pares’ e por órgãos de fomento a pesquisa histórica, não deixaram de lado a herança intelectual vinda do marxismo, ao almejarem experimentar alinhar no programa as contribuições da ‘Nova História’ francesa e do(s) marxismo(s) Inglês (com, dentre outros, Raymond Williams, E. P. Thompson, Eric J. Hobsbawm, Christopher Hill e Perry Anderson). Assim, foram criadas as linhas de pesquisa: “Instituições e Representações Sociais na América Latina”, “Sociedade e Política” e “Sociedade e Trabalho”.

Todavia, no ano de 1996, atendendo a orientações de órgãos financiadores, as discussões do corpo docente do programa, e a renovação do corpo docente e discente do curso, a área de concentração do programa de pós-graduação em História passou a ser: “História e Cultura”, com as linhas de pesquisa em “História e Cultura Social” e “História e Cultura Política”¹⁴. A mudança temática representaria alterações nas abordagens, nos problemas e nos objetos de pesquisa dos trabalhos desenvolvidos no programa. Ela caracterizava a maneira como o marxismo era visto pela academia, quer dizer, além de descartável enquanto um ‘projeto político’, também limitado na forma de inquirir as sociedades e os homens no tempo, com seus procedimentos metodológicos (CARDOSO, VAINFAS, 1997; FREITAS, 1998; D’ALÉSSIO, JANOTTI, 1996). Mas a situação não é assim tão simples de ser entendida. Muito embora os professores alterassem o formato de disciplinas e das áreas e linhas de pesquisa do programa, eles também estavam preocupados em não adotarem apressadamente a ‘inovação historiográfica’, sem antes compreendê-la e visualizar suas propostas e limites. Como fizeram tais experiências? Em alguns casos, por

¹⁴ Durante esse período, vários outros programas de pós-graduação em História no estado de São Paulo receberam alterações semelhantes as aqui indicadas. Para uma comparação a esse respeito basta se comparar às propostas dos programas da PUC/SP, da USP, da Unicamp e da Unesp/Assis. Fora do Estado de São Paulo também têm ocorrido mudanças em outros programas. No entanto, estudos comparativos e com maior sistematização de dados são ainda muito escassos. Para uma discussão a esse respeito, ver: (CARDOSO, VAINFAS, 1997; D’ALÉSSIO, JANOTTI, 1996; DIEHL, 2004; CIAMPI, 2000).

meio das pesquisas de seus alunos no programa de pós-graduação, em outros testando aquelas linhas investigativas, abordagens e enfoques temáticos em suas próprias pesquisas (e, em alguns casos, na tese de livre docência), ou ainda, utilizando-se simultaneamente ambas as possibilidades.

Durante esse período de funcionamento do programa de pós-graduação em História, houve um movimento ascendente de produção de pesquisas (Tabela – 2), resultado da incorporação de ‘novos’ professores no programa, alteração no tempo de entrega dos trabalhos e aumento de fomentos para a pesquisa histórica. Observe-se que a dinâmica da produção de trabalhos de pesquisa no programa de pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, é mais bem visualizada quando comparados os períodos de 1983-1991 e 1992-2000.

Tabela 2: Distribuição dos trabalhos apresentados no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, 1983 – 2000.

Ano	1983 – 1991	1992 – 2000	Total
Trabalhos apresentados	16	117	133

Fonte: LEWKOWICZ, I. & DI GIANNI, T. P. Catálogo de Dissertações, 1983 – 2000. Franca: UNESP/FHDSS, 2000.

Depreende-se, pela análise da tabela acima, que do primeiro para o segundo período houve um crescimento de aproximadamente 700% no número de trabalhos apresentados no programa, em nível de mestrado, passando de 16 para 117, num total de 133¹⁵. Isso se deve ao fato da consolidação da estrutura curricular do curso, ao aumento no número de professores habilitados para orientarem no programa e a aquisição de experiências do corpo docente em exercício, atingindo o total de seis alunos orientados por professor. Para melhor visualizar essa última afirmação, a tabela abaixo indica o número de pesquisas orientadas pelo grupo de professores selecionados na amostra, para o período de 1992 a 2000, que foi subdividido entre 1992-1994, 1995-1997 e 1998-2000.

¹⁵ Entre 2001 e 2006 foram apresentadas outras 111 dissertações de mestrado – 20 em 2001, 16 em 2002 e em 2003, 24 em 2004, 17 em 2005 e 18 em 2006. No final de 2000 a CAPES autorizou o funcionamento do programa de pós-graduação em História, nível de doutorado, em Franca, com a primeira turma matriculada em 2001. Entre 2004 e 2006 foram defendidas 16 teses – 4 em 2004 e em 2005, 8 em 2006. Portanto, até o final de 2006 foram defendidas, no programa, 244 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado.

Muito embora o número de orientações apontadas na tabela abaixo registre mais precisamente o grande aumento de trabalhos defendidos, uma análise primordial a ser efetuada é a de se verificar se o aumento de defesas também convergiu com o aumento de trabalhos que se inspiravam nos problemas, objetos, abordagens e conceitos da ‘Nova História Cultural’. Assim como Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra (2000, p. 227-67), ao estudarem a apropriação da leitura de obras e autores da ‘Nova História Cultural’ e a forma como eram citados em dissertações e teses, com base em como a questão da ‘representação política’ foi apropriada pela historiografia brasileira entre 1985 e 1994, verificou-se que para o caso das dissertações defendidas no programa de pós-graduação em História de Franca houve um movimento similar, no uso de abordagens, na escolha de problemas e objetos, na definição conceitual, e, principalmente, no número de autores citados, diretamente vinculados ao movimento da ‘Nova História Cultural’. Até em função das ‘redes de sociabilidade’, entre discentes e docentes do curso, interagir-se com programas de pós-graduação em História, do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, também analisados pelas autoras, e que estavam recebendo àquelas inovações historiográficas.

Tabela 3: Distribuição do número de pesquisas orientadas por professor no Programa de Pós-Graduação em História na UNESP, Campus de Franca, 1992 – 2000.

<i>Professores</i>	<i>1992 – 1994</i>	<i>1995 – 1997</i>	<i>1998 – 2000</i>
Alberto Aggio	--	01 (5,5%)	05 (8,5%)
Teresa Maria Malatian	02 (40%)	03 (16,5%)	06 (10,5%)
Ivan Aparecido Manoel	--	--	05 (8,5%)
Alzira Lobo de Arruda Campos*	02 (40%)	03 (16,5%)	04 (6,5%)
Maria Aparecida J. Veiga Gaeta*	--	01 (5,5%)	06 (10,5%)
Hercília Mara Facuri Coelho*	01 (20%)	05 (28,5%)	06 (10,5%)
José Evaldo de Mello Doin	--	--	07 (13%)
Aparecida da Glória Aissar*	--	03 (16,5%)	06 (10,5%)
Dulce M. Pamplona Guimarães*	--	--	05 (8,5%)
Marisa Saenz Leme	--	--	04 (6,5%)
Ida Lewkowicz	--	02 (11%)	04 (6,5%)
Total	05 (100%)	18 (100,0%)	58 (100,0%)

Fonte: LEWKOWICZ, I. & DI GIANNI, T. P. *Catálogo de Dissertações, 1983 – 2000*. Franca: UNESP/FHDSS, 2000.

* Professores aposentados

Se no primeiro período, de 1983 a 1991, este procedimento era ainda esparso e incipiente, atingindo apenas a 7 (43%) pesquisas, para o segundo período, de 1992 a 2000, mais de 96 (80%) dissertações se pautavam sobre este procedimento, e para o caso dos trabalhos orientados pelos professores da amostra, o número chega a 75 (quase 93%). De modo que, similar aos percentuais encontrados pelas autoras ao analisarem as teses e dissertações defendidas no país, entre o final dos anos de 1980 e na década de 1990, foram os percentuais encontrados para a análise das dissertações defendidas no programa neste período, revelando o aumento dos debates e a apropriação da ‘Nova História Cultural’ (SAMARA, 2002; RAGO, 1999; MESGRAVIS, 1997).

Após esta rápida exposição devemos agora nos deter de modo mais preciso a forma como àqueles docentes fizeram uma leitura ‘abrasileirada’ da ‘Nova História Cultural’. Diz-se ‘abrasileirada’ ou ‘à brasileira’¹⁶, por não ser simplesmente uma mera ‘cópia’ de modelos originários de um lugar a serem implantados em outro, ou uma simples ‘inspiração’, pois, tal como se verá abaixo, as leituras foram variadas, os usos complexos e os procedimentos da ‘Nova História Cultural’, em alguns casos, coexistiram com a formação marxista dos docentes, o que tornou a apropriação totalmente original.

Apesar de os caminhos terem sido diferenciados até chegarem ao departamento de História da FHDSS da UNESP, Campus de Franca, quando começaram a desenvolver a docência e a pesquisa no curso de graduação e pós-graduação tiveram que interpretar o ensino e a pesquisa histórica, sob perspectivas diferentes daquelas em que se formaram, e mediante os questionamentos propostos, especialmente, pela historiografia francesa e inglesa posterior a década de 1960, e que começavam a serem recebidas no Brasil, em fins da década de 1970. De acordo com Francisco Falcon: “Desse modo, cada curso/programa constitui, nos anos 1970 e começos dos 80, um caso específico de articulação, em proporções bastante variadas (...) da historiografia tradicional, da Nouvelle Histoire (ou dos Annales) e a crítica teorizante predominantemente marxista...” (FALCON, 1996, p. 11). Da mesma forma, a recepção na docência e na pesquisa dos diagnósticos sobre o estudo do passado, produzidos pela “Nova História Cultural” (francesa) nos anos de 1980 e começos dos anos 90, também foi um caso específico de articulação, e em proporções bastante variadas, entre cada curso e programa, e entre cada um dos profissionais a eles inseridos.

¹⁶ As expressões foram tomadas de empréstimo dos trabalhos de: MICELI, 2001; ARAUJO, 2006. Nestes trabalhos os autores demonstram a forma como procedimentos de pesquisa, conceitos e teorias são apropriados de maneira totalmente originais, em locais diferentes de onde foram produzidos, a exemplo da leitura e interpretação que intelectuais brasileiros efetuaram de autores (e obras) estrangeiros.

Uma vez que os antigos referenciais já não eram mais suficientes para propor caminhos, dar respostas, sugerir alternativas aos problemas que se afiguravam pertinentes à época, coube, nesse sentido, uma pergunta ao conjunto de professores do departamento do curso de História da amostra: como o profissional deveria pensar seus suportes teóricos e seus métodos, mediante os questionamentos levantados pela “Nova História Cultural”, ao campo da pesquisa histórica? A hipótese que se levantou é que foi, fundamentalmente, em função das transformações na maneira de pesquisar, com a descoberta de ‘novos’ temas e problemas (BARROS, 2004, 2005), que houve uma renovação nos suportes conceituais do pesquisador e professor do curso de História na UNESP, Campus de Franca, a partir do final da década de 1980. Tais mudanças estariam ligadas, de um lado, às diversas críticas que foram sendo feitas, no decorrer do século XX, àqueles modelos teóricos e explicativos, que também se apoiavam numa “Filosofia da História”, e tiveram suas principais matrizes representadas pelo(s) Iluminismo(s), pelo(s) Positivismo(s) e pelo(s) Marxismo(s). Em geral os críticos observavam uma ineficiência em suas linhas mestras: a) ao proporem o progresso e a evolução da espécie humana para uma etapa superior; b) ao divulgarem seu moderno conceito de tempo; c) ao expressarem sua crença na cultura e civilização moderna; d) e ao acreditarem na realização de seus ‘projetos políticos’. Por outro lado, aquelas mudanças também estariam ligadas às influências historiográficas da “Nova História Cultural” – renovando a escrita da História com métodos, abordagens e problemas – e cujos principais eixos interpretativos encontravam-se localizados (segundo Peter Burke e outros autores) na França, Alemanha, Itália, EUA e Inglaterra (BURKE, 2000, 2005; HUNT, 1995; LE GOFF, 1996; CHARTIER, 2002; REIS, 2003; PERRONE-MOISÉS, 2004; PONS, SERNA, 2005; SILVA, 2001; ALBUQUERQUE Jr., 2007).

A partir dos dados obtidos, verificou-se que no decorrer da formação e no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e na docência, os profissionais foram avaliando seus métodos e revendo suas posturas teóricas e conceitos, no intuito de aprofundar seus conhecimentos (como anteriormente visto para o caso do programa de mestrado e das dissertações defendidas na década de 1990). Isso nos leva, inevitavelmente, a fazer, ainda que de forma sucinta, um percurso sobre a trajetória acadêmica de alguns dos professores selecionados na amostra, e que tiveram a sua formação fortemente marcada, primeiro pelo ‘Marxismo’ e pela ‘segunda geração’ do movimento dos *Annales* e, depois, pela ‘Nova História Cultural’.

José Evaldo de Mello Doin, por exemplo, no ano de 1975, obteve o grau de licenciado e bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

Universidade de São Paulo. Alguns anos depois iniciava o curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo, fazendo o doutoramento direto sob a orientação de Emannel Soares da Veiga Garcia, concluindo-o em 1986. Concentrou seus estudos na área de História Econômica, estudando a gênese da dívida pública brasileira no século XIX. Tal formação – junto a sua trajetória de vida –, levaram-no a se aproximar, e ter, em suas pesquisas, o embasamento teórico e metodológico do marxismo. Foi professor do ensino fundamental e médio, simultaneamente com o curso de doutoramento. Lecionou as disciplinas de *História Moderna e Contemporânea* e *História do Brasil* em algumas Faculdades, antes de ser aprovado em concurso público na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, onde ministra cursos desde 1985. Foi professor de *História Contemporânea* e também ofereceu cursos no programa de pós-graduação em História, desta Faculdade, onde orientou trabalhos de pesquisa.

Em 2001 obteve o grau de livre docente em História Contemporânea, com um estudo sobre a formação de uma ética para a política e para os negócios no país, na qual denominou como sendo parte do desenvolvimento capitalista nestas terras, que teve um perfil ‘bucaneiro’. Para ele, a tese se originou a partir de uma pergunta feita pelo professor Flávio Azevedo M. de Saes, na entrevista do concurso público para uma vaga para o curso de História (onde também se encontrava o professor Fernando Antônio Novais na banca examinadora) que foi: “por que o Brasil sempre foi compelido a endividar-se? (...) a ferida da estocada latejava e latejava tanto que me obrigou a escrever esta tese para tentar responder, mesmo que parcial e pobremente, àquela maldita pergunta” (DOIN, 2001b: II). No campo teórico e metodológico, assim se expressa em seu memorial acadêmico:

Meus trabalhos mais recentes [de 1989 para cá] refletem uma profunda revisão epistemológica, fruto de leituras e discussões realizadas em decorrência das radicais transformações ocorridas no corpus marxista, que sempre norteou o meu embasamento metodológico (...). Hoje, as ciências do homem abjuram as utopias e fragmentam e estilhaçam seus objetos (...). De roldão, mergulhando na enxurrada, as principais linhas teóricas desconectaram-se de suas matrizes teóricas e se banalizaram num espelho pós-moderno, como é, a meu entendimento, o caso da assim chamada *nova história*... (DOIN, 2001a: 27).

Obviamente, como já foi dito, em cada caso houve pontos em comum na forma como foi recebida a ‘terceira geração’ dos *Annales*, e da ‘Nova História Cultural’, e pontos específicos que dizem respeito ao momento que começaram a ter contato com essa historiografia, seja na docência ou na pesquisa. Aqui o caso deste professor também é ilustrativo desta especificidade:

Sob o pretexto da história total, herdeiros de Braudel reduziram a migalhas o ofício dos historiadores, na visão aguda de François Dosse (...). Em vista do acima exposto, o marxismo não é contestado apenas como idealização utópica equivocada, mas sim como arcabouço teórico universalizante, que não permite o livre fracionamento das abordagens, dos problemas e objetos. (...) [E seguindo esse raciocínio prosseguiu dizendo que] a história da cultura possibilitou uma significativa ampliação do campo teórico do historiador [assim] procuro, em consequência, articular o estudo da formação econômica brasileira com seu substrato cultural, enfatizando sua especificidade, no sentido apresentado por Lynn Hunt, na *Apresentação* que ela faz da coletânea intitulada *A nova história cultural* (DOIN, 2001a: 27 e 33).

De modo que em sua trajetória acadêmica, que perpassou da história econômica para a cultural, este buscou tentar uma possível síntese entre o ‘Marxismo’ e a ‘Nova História Cultural’¹⁷. Coisa que em parte, assemelha-se à leitura emblemática que Fernando Antônio Novais fez destes movimentos. Para Novais:

Evidentemente há, nos dias que correm, o que se chama ‘crise dos paradigmas’. Essa crise do pensamento contemporâneo é, sobretudo, da Filosofia, das Ciências e, principalmente, das Ciências Humanas. É claro que a História participa disso, mas de uma maneira peculiar. Se tomarmos a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, deixando de lado a Filosofia, a maneira como a chamada crise dos paradigmas se apresenta é por meio de um intenso debate teórico. No âmbito da História, aparece na abertura de novos temas. O que se poderia considerar o ‘manifesto’ da Nova História, isto é, o *Faire de l’Histoire*, consiste em três volumes: *novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Dos três, o mais interessante é o terceiro. *Novas abordagens* não tem nada de novo, porque História não é uma matéria teórica. A maneira como a História enfrenta a crise das explicações é procurando novos temas. Em vez de estudar sistema político, partido, revoluções, sistemas econômicos, vamos estudar os humores, os amores, as sensibilidades. Mudam-se os temas. Além do que é comum, há alguma coisa na História que a distingue das outras ciências. Em Antropologia, ou Sociologia, por exemplo, abandonaram-se as explicações globais; houve uma certa ‘regionalização’, um empobrecimento no sentido de recortar temas menores, uma dúvida sobre a capacidade de dar explicações globais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, publicado em 1979, foi escrito nos anos 60 e começo dos anos 70 – a tese foi defendida em 1973 –, portanto se trata de uma obra anterior a essa crise. A *História da vida privada* é um produto típico da Nova História (...). De outro lado, entendo que os historiadores, marxistas ou não, não devem ver a Nova História como algo contra o marxismo, embora ela se apresente como uma alternativa em alguns casos. (...) A idéia dos novos historiadores é a de que não se

¹⁷ Com suas respectivas especificidades, na trajetória de vida e intelectual, as leituras de Ida Lewkowicz e a de Marisa Saenz Leme, aproximam-se à deste docente. A primeira, do estudo da ideologia de industriais têxteis de São Paulo, no mestrado, passa para uma história social da família, em função de estar lecionando em Minas Gerais e encontrar o arquivo de Mariana, e por influência de sua orientadora no doutoramento Eni de Mesquita Sâmará: LEWKOWICZ, 1979; LEWKOWICZ, 1992. A segunda, também de um estudo da ideologia dos industriais no Brasil, no mestrado, por influência de seu orientador Edgar Carone, que como indica em entrevista a nós concedida (em 2002), queria conhecer melhor a ‘história do cotidiano’, e a propôs estudar o cotidiano da cidade de São Paulo, que para ela os resultados de tal alteração não foram ‘muito bons’: LEME, 1977; LEME, 1985. De modo que, guardadas as peculiaridades, ambas de uma abordagem política e econômica passaram para uma cultural, ficando entre o ‘marxismo’ e a ‘Nova História Cultural’.

pode ter conceito nenhum, apenas narração e descrição. A minha postura sempre foi a de que se deve dialogar com as novas tendências. *A História da vida privada* foi um esforço no sentido de mostrar essas conexões, apesar de não ser uma obra totalmente realizada (NOVAIS, 2005: 356-57).

Já Ivan Aparecido Manoel fez os primeiros anos do ensino fundamental na escola primária do primeiro grupo escolar de Adamantina e no Instituto de Educação Dr. Clybas Pinto, onde foi aluno durante nove anos; e lá concluiu seus estudos até o ensino médio. Desde cedo recebeu a influência, familiar e em escolas de freiras, dos ensinamentos da religião católica; que seria futuramente o objeto central de análise, em suas pesquisas. Entre 1972 e 1975 fez o curso de graduação em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, instituto isolado de ensino superior, que seria incorporado em 1976 a Universidade Estadual Paulista. Em seu memorial acadêmico, assim descreve seus primeiros passos na graduação:

Ingressei na faculdade [de História, da Unesp/Assis] ‘nu e cru’ – é certo que, seguindo fielmente as lições dos professores de História do ginásio e do colegial, tinha decorado o nome dos doze Césares, sabia que Odoacro tinha derrubado o Império Romano, que Átila, o ‘Flagelo de Deus’ tinha pouco mais de um metro de altura, que Napoleão havia sido derrotado em Waterloo, e com esse vasto conhecimento de almanaque pensava estar suficientemente apetrechado para enfrentar o curso de História, e o choque de saber que todo esse ‘saber’ teria o destino da lata de lixo me deixou abalado por muito tempo (...) me lembro que a minha turma começou com 30 alunos, dos quais apenas 9 concluíram o curso [em 1975] (MANOEL, 1998a: 6).

Para ele, a sua formação foi marcada pelos olhares sobre a religião oficial, e pelas reivindicações sociais produzidas pelos movimentos de esquerda, que na Faculdade fora representado pelo marxismo (principalmente, com o estruturalismo de Nicos Polantz e L. Althusser). No entanto, segundo este, a dialética na época:

...estancava na Antítese, ou seja, na negação. Conseqüentemente não era dialética e nem vislumbrava a síntese futura. Para nós, o futuro era uma coisa nebulosa no interior de uma derradeira e Verdadeira Revolução global, total, que implantaria o Reino da Justiça da sociedade sem classes. E nessa Revolução global, total, as particularidades não interessavam muito – negávamos, assim, uma lição básica da dialética marxista, a relação entre todo e partes (preocupados com a floresta, nos esquecíamos das árvores). (...) Demorei anos para descobrir que cada escola historiográfica tem suas próprias ‘verdades’. Mas, como na academia [por ocasião também do regime militar, 1964-1985] só conhecera uma, pensava que aquela era a Verdade, e ela estava em desacordo com tudo o que conhecera até então... (MANOEL, 1998a: 8).

Depois de concluir a graduação lecionou em escolas de ensino fundamental e médio, e ministrou aulas em Faculdades. Em meio aos dilemas entre projeto político oficial e

perspectiva marxista teve contratos não renovados, e decepções em suas primeiras experiências como professor no ensino superior. Como na graduação daquele período havia poucos incentivos quanto à iniciação científica, foi somente em 1978, com o padre Dr. José Carlos D'Angelo, que fez suas primeiras pesquisas, tendo como norte escrever a história da Diocese de Assis. Desta feita, iniciou o mestrado no curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação de José Cláudio Barriguelli, e a defendendo em agosto de 1982. Ao avaliar aquele trabalho, ressalta que:

Hoje, passados mais de 15 anos de estudos, chego à conclusão de que (...) o maior problema daquele trabalho (...) estava na esfera teórica e na linguagem (...) ainda considerava a Igreja católica e sua doutrina um simples ópio, sem me preocupar com a demonstração histórica desse suposto efeito (...). A mim me parecia tão óbvio esse ópio que essa obviedade dispensava qualquer demonstração, bastando para isso denunciá-lo através de uma linguagem ferina, até grosseira. Hoje tenho a certeza de que não escrevi um trabalho acadêmico, embora seguindo todos os ditames canônicos de uma dissertação, mas sim um panfleto contra a Igreja (MANOEL, 1998a: 12).

Na Universidade de São Paulo fez o doutoramento, em História Social, sob a orientação de Augustin Wernet, defendendo-o em 1989. Desde 1983 é professor na Universidade Estadual Paulista, onde também exerceu cargos administrativos, como diretor de Faculdade. Na Faculdade de História, Direito e Serviço Social é professor de *História do Brasil*, desde 1997, onde também ministra cursos no programa de pós-graduação em História, e orienta trabalhos de pesquisa em nível de mestrado e doutorado. Em 1998 obteve o grau de livre docente em História do Brasil. Na tese procurou apresentar os elementos fundamentais da filosofia da história elaborada pelo Catolicismo Conservador (também denominado Catolicismo Ultramontano), entre 1800 e 1960, com vistas a examinar os resultados políticos advindos das atitudes católicas.

Em um balanço sobre sua trajetória acadêmica (MANOEL, 1998a), indica que os impasses gerados por tais *crises interpretativas* ocorreram fundamentalmente porque os modelos mais significativos de explicação da realidade, não conseguem mais dar respostas e abranger a complexidade dos processos históricos. Segundo ele, o “grande problema é que o ponto de chegada do processo histórico seja nas vertentes materialistas, seja na vertente da escatologia cristã, ainda não foi encontrado pela humanidade” (MANOEL, ROIZ, SANTOS, 2006, p. 666). Ao entender por “filosofia da história” a interpretação do processo histórico como demonstração de um sentido e direção a ser seguida pela humanidade até um fim previamente estabelecido como ponto ideal, ainda que em um tempo futuro não determinado,

observou que os debates, no século XX, têm ressaltado e criticado, tais posturas teóricas e políticas, uma vez que nenhum desses modelos alcançou seus objetivos:

Para o estudo da história esses abalos foram profundos porque provocaram questionamentos teórico-metodológicos e epistemológicos bastante sérios. Afinal seria possível continuar empregando métodos de análise e interpretação da história que se sustentavam na certeza do finalismo do processo histórico? No caso do marxismo a questão foi mais angustiante. Afinal, após 1917 parecia que a escatologia marxista tinha demonstrado a sua validade e, no entanto, o passo seguinte não foi adiante, conforme estabeleciam os cânones do marxismo, mas foi um retrocesso em direção àquela fase da história que parecia definitivamente sepultada – capitalismo liberal-democrático. Entretanto, a percepção de que a estruturação do estudo da história, tal como estava sendo feita desde os finais do século XVIII poderia levar a impasses, já existia desde o início do século XX. Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e outros que se congregaram na “Escola dos Annales” já propunham uma revisão naquela estruturação, trazendo para o estudo da história os aportes de outras ciências – geografia, antropologia, sociologia – além de se preocuparem com outros problemas além da economia e da política (MANOEL, ROIZ, SANTOS, 2006: 666-67).

Portanto, muito embora não deixe de ler e interpretar tais autores e obras, manteve-se crítico perante as inovações da ‘Nova História Cultural’, que para ele, não são nem tão ‘novas’, nem tão ‘originais’ quanto fazem crer¹⁸. Neste ponto sua leitura converge com a de Emília Viotti da Costa, quando avaliou aquela virada historiográfica na França, e suas repercussões para o Brasil e para a América Latina (COSTA, 1994). Viotti da Costa, ao estudar a historiografia sobre a classe operária, assim se expressou:

O resultado desse movimento de uma postura teórica para outra foi que se passou simplesmente de um tipo de reducionismo para outro. Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou lingüístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico. (...) A nova historiografia repudiou também as abordagens

¹⁸ Também guardadas as devidas especificidades na trajetória de vida e acadêmica, as apropriações de Moacir Gigante, Alberto Aggio, Teresa Maria Malatian, Aparecida da Glória Aissar e Pedro Geraldo Tosi, aproximaram-se à deste docente. No primeiro caso, tanto no mestrado quanto no doutorado sua preocupação esteve em estudar o ensino de história, e no doutorado, com ênfase em como a fábrica também é escola, na medida em que estudou o cotidiano de trabalhadores e empresários, neste caso se inspirando principalmente na abordagem marxista de João Bernardo: GIGANTE, 1994; GIGANTE, 2003. No segundo, do estudo da história e da historiografia do Chile no século XX, no mestrado e no doutorado, na livre docência se concentrou na história dos movimentos sociais, latino americanos, mas em todos esses trabalhos manteve-se inspirado na obra de Antônio Gramsci: AGGIO, 1990; AGGIO, 1996; AGGIO, 1999. No terceiro, de um estudo da ação pátria novista, no mestrado e no doutorado, na livre docência passava a estudar a trajetória de Oliveira Lima como historiador diplomata: MALATIAN, 1978; MALATIAN, 1988; MALATIAN, 1999b. No quarto caso, desenvolveu estudos de demografia histórica: AISSAR, 1981. No quinto caso, de um estudo sobre o pensamento português, no mestrado, no doutorado estuda a história do couro e do calçado na cidade de França: TOSI, 1992; TOSI, 1998. Todos, no entanto, de acordo com as respectivas peculiaridades, mantiveram-se consideravelmente críticos sobre a ‘Nova História Cultural’, muito embora nenhum deles tenha deixado de (re)conhecer seus principais autores e obras.

teleológicas que assumiam que a história caminhava inevitavelmente e de forma unilinear para o socialismo e que viam em cada movimento histórico uma nova etapa nessa direção. O foco de atenção deslocou-se do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos, para os operários; da classe operária para os trabalhadores, da fábrica para a casa e a rua; do operário para a família operária; do trabalho para as atividades recreativas e para a cultura. (...) É preciso que se reconheça a necessidade de trabalharmos na direção de uma nova síntese. Isso parece tanto mais necessário quando se pensa do ponto de vista das sociedades latino-americanas, em que as modas historiográficas européias ou americanas se reproduzem não necessariamente como resultado das perplexidades nascidas das condições estruturais internas, mas como produto de importação de modas intelectuais nascidas de outras realidades (COSTA, 1994: 13, 20 e 23).

Nesse sentido é pertinente a reflexão de Evaldo Cabral de Mello, ao dizer que:

Com a Universidade, a pesquisa histórica no Brasil entrou por um caminho muito mais firme. Antes dela só havia os institutos históricos, que ficavam mais na louvação do passado. O problema da Universidade deriva da burocratização. E toda organização burocrática tende a sufocar o que há de novo. Quando se chega numa universidade, hoje, a primeira coisa é saber ‘quais são as idéias dominantes’. Se você não as adotar, como aluno ou professor, está perdido. Toda organização tem o seu conjunto de idéias, e você paga um preço se for contra elas (2007: 47).

Diferente dos casos até aqui abordados foi o de Alzira Lobo de Arruda Campos, em sua apropriação da ‘Nova História Cultural’. Fez o Colegial ‘Científico’ no Instituto de Educação Estadual ‘Fernando Costa’ em Presidente Prudente (SP) e o curso normal em Educação Primária para o Magistério no mesmo Instituto, ambos durante o período de 1954 a 1957. Todavia, “a história atraiu-me muito cedo (...) recordo-me de *flashs* da segunda guerra mundial [no] único aparelho radiofônico da rua em que morava, na cidade de Botucatu, escutava as ‘últimas notícias’ do ‘Repórter Esso’, observando os rostos dos circundantes, contraídos pelo esforço para ouvir a voz do locutor, em meio aos ruídos estáticos de um rádio ‘de canto’”. Parte deste gosto cresceu “em meio ao convívio familiar, que veio a se tornar mais intenso, em função de ‘bons professores’ de História, nas escolas públicas que cursei [de 1947 a 1957], [que me] desenvolveram o gosto pela disciplina, germinado em família...”. Em 1962 obteve o grau de bacharelado e de licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Diz ela que: “Os dois primeiros anos foram cursados no ambiente rico em trocas culturais da Rua Maria Antônia. Depois, vivemos o pioneirismo da cidade universitária, mal servida por ônibus, em época em que automóvel era coisa rara...” (CAMPOS, 1993, p. 3). Embora até esse momento sua experiência em pesquisa ainda fosse muito pequena, devido as características do curso de História na época, esta veio a iniciar estudos voltados à pesquisa histórica, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda

(da cátedra de *História da Civilização Brasileira*), a respeito dos acontecimentos de 1817, entre os anos de 1968 e 1969. Esse projeto inicial foi interrompido, em virtude das turbulências de 1968-69, obrigando vários professores, principalmente na Universidade de São Paulo, a se aposentarem compulsoriamente. Em suas memórias, integradas no memorial acadêmico, assim se refere sobre esse período:

Nos recuados tempos de minha graduação, não havia preocupação quanto às atividades que hoje chamaríamos de ‘iniciação científica’. Os professores do departamento de História [na USP], aparentemente, apostavam no espontaneísmo: alunos absorveriam os modelos de seus mestres, encaminhando-se para a pós-graduação. Aqueles que quisessem ou pudessem, a seu tempo, tornar-se-iam historiadores. Para o bem e para o mal, vivia-se o tempo da cátedra (...). Meus colegas e eu não cogitávamos em penetrar no campo da pesquisa ‘pré-graduada’. Tais fatores, aliados a outros de ordem profissional e pessoal, retardaram a minha iniciação científica [que se iniciou em 1968, mas foi interrompida em 1969] (...). De 1972 a 1978 desenvolvi tal pesquisa [mestrado], especializando-me em história social... (CAMPOS, 1998a: 30-1).

Tanto no mestrado, onde estudou as camadas intermediárias entre senhores e escravos, em São Paulo colonial, a partir da presença do agregado no século XVIII, que foi concluído em 1978, como no doutorado, defendido em 1986, em que estudou “as relações que faziam com que homens e mulheres se unissem em duplas conjugais, em São Paulo, nos tempos da colônia” a partir de modelos importados (da Metrópole), teve como orientador Eduardo D’Oliveira França, professor de *História Moderna e Contemporânea* na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Para ela: “Meu doutorado (...) encaminhou minha atenção para o estudo de temas relacionados à mulher” (CAMPOS, 1998a, p. 31). Diz ainda:

A partir de então tenho me dedicado à história social e das mentalidades, âmbitos nos quais se localizam meus trabalhos. Meu doutorado, sobre o casamento e a família, encaminhou minha atenção para o estudo de temas relacionados à mulher. Nesse setor – que poderíamos chamar de ideologia de gênero –, inseriu-se pesquisa trienal que realizei sobre a mulher no universo do crime, no século XIX, na cidade de São Paulo. Os dados levantados sobre esse objeto deveriam ser utilizados como referencial comparativo para um estudo sobre mulheres criminosas e mulheres vítimas na cidade de Franca, na mesma época histórica (CAMPOS, 1998a: 31).

Antes de ser professora na UNESP, Campus de Franca, ministrou aulas em outras Faculdades. Desde 1983 foi professora de História da América, História das Mentalidades no Mundo Moderno e Metodologia da História na Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Foi também professora no programa de pós-graduação em História, onde orientou diversos trabalhos de pesquisa. Em 1998 obteve o grau de livre docente em Metodologia da

História, com trabalho sobre os dissidentes comunistas em São Paulo, nas décadas de 1920 a 1940. Esse trabalho teve início quando o arquivo do DEOPS/SP foi aberto em dezembro de 1994. Quanto a isso, diz ela:

Eu acorri a verificar os prontuários de meu pai – José Mariano de Oliveira Lobo – e de dois de seus irmãos – Aristides da Silveira Lobo e Elias da Silveira Lobo – que repousavam, desde os recuados tempos de 20 e 30, no segredo da repressão policial. Segredo adensado pela historiografia sobre os movimentos operários: tratava-se de três militantes da Oposição de Esquerda. Sobre esses renegados do ‘partidão’ recaiu o silêncio – poucas vezes quebrado – da pesquisa histórica. Na medida em que prosseguia minhas leituras dos prontuários e dossiês da polícia política dava-me conta progressivamente da importância das informações aí registradas para o estudo da esquerda em São Paulo – das dissensões e da ortodoxia partidária (esta se aclarava no diálogo tenso travado entre stalinistas e trotskistas). Inteirava-me, de igual modo, do cotidiano revolucionário vivido por militantes e registrado, em cores vivas, pela ‘Ordem Social e Política’. Tomada por uma espécie de ‘possessão’ não consegui resolver o problema dos trotskistas nos limites restritos dos laços familiares: os três prontuários iniciais remeteram-me para dezenas de outros prontuários e dossiês. Foi uma via sem retorno: resolvi dar a voz aos trotskistas, na minha livre docência. Essa mudança pouco racional de minha vida de pesquisadora lançou-me numa vida de clausura, afastando-me mesmo de atividades acadêmicas importantes, como simpósios e congressos. A ‘reciclagem’ imposta pela nova preocupação implicou leituras por imersão na literatura referente às décadas de 20, 30 e 40 em São Paulo. Ademais, precisei me inteirar da história da ‘revolução proletária’, na esfera essencialmente política. É preciso notar, de outro lado, que examinei o tema – por princípio, político – do ponto de vista de uma historiadora social (...). Em outras palavras, considerei que não existiam o trotskismo ou o stalinismo, mas sim homens de carne e osso que imprimiram tais rótulos às suas militâncias revolucionárias. Para o que desse e viesse (CAMPOS, 1998a: 31-33).

De modo que mesmo sendo da mesma geração, que os casos dos docentes referidos acima, esta sempre esteve ligada à historiografia francesa, principalmente, em função de seu orientador do mestrado e do doutorado, Eduardo D’Oliveira França. No entanto, quando fez suas pesquisas que resultaram em sua livre docência, da ‘Nova História’, volta-se com mais atenção para a interpretação do ‘marxismo’, por ter estudado um movimento operário de esquerda, próximo aos ideais trotskistas, em São Paulo entre as décadas de 1920 e 1940, no qual havia a participação de membros de sua família – muito embora, para alcançar seus objetivos no trabalho, a ‘Nova História Cultural’ continuasse a embasar seus procedimentos metodológicos.

Caso similar de leitura e interpretação da ‘Nova História Cultural’ foi o de Néri de Almeida Souza, que de outra geração, no ano de 1989, obteve o grau de bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Para ela: “todo historiador traz pronto na memória seu ensaio de ego-história” e o seu iniciou-se

pelo nascimento, colocando-a na história em meio a experiências onde os “contrastes eram marcantes: uma família cindida entre o catolicismo e o protestantismo, o campo e a cidade, o tradicionalismo e a modernidade”. Em meio aos contrastes com a sociedade contemporânea, que desde o ensino fundamental e médio, sua atenção se voltou para a Idade Média, “para [ela] a mais desconhecida das eras e a mais misteriosa, por um motivo muito simples, a negligência do ensino de primeiro e segundo graus, pelo período. (...) Por ter nascido em 1965, à consciência histórica propriamente dita começou a me atingir no início dos anos setenta. A força coletiva dos eventos de então tinha tal visibilidade, que mesmo todo o cerceamento dos meios de comunicação de massa não foi capaz de encobrir os contrastes daqueles anos” (SOUZA, 2001, p. 8). Todavia, foi no curso de História que ela começou a rever de forma mais precisa, as experiências sob as quais os contrastes foram o elo fundamental. De acordo com ela:

A diversidade das orientações recebidas durante a graduação, sem dúvida, foi o maior dos benefícios desta etapa de minha formação que me assegurou a liberdade necessária para escolher objetos e metodologias e, sobretudo, para desenvolver uma prática permanente de crítica à historiografia e as minhas próprias interpretações. O curso de história foi na verdade a descoberta das imensas possibilidades da elaboração historiográfica, da necessidade de precisão conceitual, de definição metodológica, mas, sobretudo, a descoberta da dinâmica incessante da produção de conhecimento histórico, através do acesso às fontes primárias (SOUZA, 2001, p. 9-10).

Entretanto, diferentemente de Alzira Campos, que fez a sua graduação na década de 1960 e encontrou poucas condições e subsídios para desenvolver seus primeiros trabalhos de pesquisa, Néri de Almeida que a fez na década de 1980 encontrou a Faculdade totalmente remodelada, tanto na graduação como no programa de pós-graduação em História. Foi sob a orientação de Hilário Franco Júnior que veio a defender, em 1998, o doutorado direto na Universidade de São Paulo. Nele estudou a *Legenda áurea* de Jacopo de Varazze, em sua mensagem evangelizadora, no que dizia respeito à cristianização dos mortos. Para ela:

A amplitude da abordagem recomendou no momento de entrega da dissertação de mestrado à transferência para o doutorado direto. Esta mudança de planos foi realmente estimulante, pois, me permitiu concluir o projeto em andamento, embora representasse também, por mais algum tempo, o adiamento da exposição pública de meus resultados de pesquisa, através de artigos. O amadurecimento necessário para desenvolver a pesquisa em nível de doutorado veio em grande parte da feliz confluência de colaborações dos cursos de pós-graduação que tive a oportunidade de realizar. Ao tratarem de períodos tão distintos como a Antiguidade Tardia, a Idade Média e a Época Moderna os cursos me permitiram ter uma dimensão mais exata de minha problemática, inscrita na longa duração (SOUZA, 2001, p. 12).

Nesse período, já lecionava no ensino fundamental e médio, além de ministrar cursos em Faculdades. No ano de 1995 foi aprovada em concurso público, para ministrar aulas na disciplina de História Medieval na Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Desde então, dedicou-se ao curso de graduação e ao programa de pós-graduação em História, onde iniciaria a orientação de seus primeiros trabalhos de pesquisa, em nível de mestrado. A partir de 2004 passou a lecionar na Unicamp. Seu caso revela a maneira como, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, passou-se a haver uma maior leitura e apropriação da ‘Nova História Cultural’, enquanto, de outro lado, começava-se a ter grande desconfiança sobre o ‘Marxismo’ (como quanto à historiografia oitocentista) e seus procedimentos metodológicos¹⁹.

Nesse sentido, o caso de Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta, não apenas demonstra outra leitura favorável à apropriação da ‘Nova História Cultural’, como também identifica parte dos autores mais lidos, em suas pesquisas mais recentes, que resultaram na sua livre docência. Foi no ano de 1964, que obteve o grau de Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1983 obteve o grau de mestre em História, na área de concentração de História da América Latina Colonial, sob a orientação de José Pedro P. Esposel, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, examinando o bispado de São Paulo, por meio da trajetória de D. Matheus de Abreu Pereira nos anos de 1796 a 1824. Na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Augustin Wernet, obteve o título de doutora em História Social, no ano de 1992, discutindo os percursos do ultramontanismo em São Paulo, no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, entre os anos de 1873 e 1894. Foi ainda professora do ensino fundamental e médio (Ginásio Industrial Estadual de Batatais entre 1967 e 1968, Colégio Estadual Prof. Mário Casassanta em São Paulo, Capital, 1971-1973, Escola Estadual de Primeiro Grau ‘Fábio Barreto’ de Ribeirão Preto, 1973-1977, etc.). No ensino superior lecionou na Associação de Ensino de Ribeirão Preto (UNAERP) nos anos de 1977 a 1982, e, desde 1985, ministrava aulas nas disciplinas de *História Antiga*, *História Contemporânea*, *História da Igreja*, entre outras, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade

¹⁹ Nesse sentido, o caso de Nelson Schapochnik, revela grande proximidade com a desta docente, que além de serem da mesma geração, este fez uma leitura e apropriação da ‘Nova História Cultural’, que em muito converge com a daquela. No caso deste, de um estudo da escrita da história produzida nos institutos históricos, no mestrado, volta-se, no doutorado, para estudo dos gabinetes de leitura: SCHAPOCHNIK, 1992; SCHAPOCHNIK, 1999. Em ambos os casos, o recorte temático e a abordagem, na primeira o estudo da formação da cristandade ocidental no período medieval e no segundo a história da leitura, contribuíram, além da crítica a historiografia oitocentista e ao marxismo, para que se aproximassem da ‘Nova História Cultural’.

Estadual Paulista, Campus de Franca. Foi também, nesta Faculdade, professora e orientadora de trabalhos de pesquisa, no programa de pós-graduação em História, no nível de mestrado. No ano de 1998 recebeu o grau de livre docente em História Contemporânea, estudando a religiosidade popular em cidades do interior do estado de São Paulo, nos séculos XIX e XX. Para ela:

Na esteira de historiadores como Carlo Ginzburg [Roger Chartier, Peter Burke, Jacques Le Goff], Pierre Nora e Michel Vovelle, que alargaram o campo historiográfico estudando temas da vida privada, da cultura popular, das religiosidades populares e do cotidiano das camadas subalternas, procuramos nas festas religiosas chaves que contornam os silêncios de fontes oficiais na esfera do sagrado (...). Apesar dos ritos ocuparem um espaço fundamental na explicação do lugar do divino, a historiografia religiosa pouco se dedicou ao cotidiano, à religiosidade popular e as festas populares... (GAETA, 1998a: 63).

Mesmo considerando a especificidade de sua pesquisa, os autores citados por ela indicam a contribuição da ‘Nova História Cultural’ para temas e abordagens, que até o final dos anos de 1970, era dada pouca atenção no campo dos estudos de história. Com as trajetórias acadêmicas até aqui analisadas, verifica-se a complexidade deste processo, quanto ao nível de leitura e interpretação do ‘Marxismo’ e da ‘Nova História Cultural’, que revelam não apenas uma questão ‘geracional’, de orientação, de escolha temática e de abordagem, mas incide diretamente na própria leitura e apropriação de cada um deles sobre estes diferentes movimentos. A análise de outros casos poderia circunstanciar ainda melhor este processo²⁰, mas já é o caso de nos determos um pouco melhor na análise do conjunto da amostra, a respeito da apropriação que fizeram da ‘Nova História Cultural’.

Para o conjunto da amostra, observou-se que na seqüência de seus trabalhos, houve uma diminuição na utilização de termos e conceitos como: “*ideologia*”, “*estrutura*”, “*modo de produção*”, “*luta de classes*”, “*infra e superestrutura*” e, um aumento, depois de 1990, de: “*mentalidade*”, “*imaginário*”, “*práticas e representações sociais*”, “*cotidiano*”, “*cultura política*”, “*habitus*”, “*campo (político, intelectual, literário)*”, etc., como ainda uma alteração significativa, quanto aos autores citados, que antes eram eminentemente marxistas, passar-se-ia a haver um grande número de autores da ‘Nova História Cultural’; mudança

²⁰ A exemplo dos casos de Dulce Pamplona e Hercília Coelho, que se aproximam do desta docente. No primeiro, de um estudo dos grupos sócio-profissionais que compunham o projeto da Enciclopédia na França do século XVIII, no mestrado, no doutorado estudou as festas no interior do estado de São Paulo: GUIMARÃES, 1978; GUIMARÃES, 1996. No segundo, de um estudo sobre a construção da ordem burocrática no império, no doutorado, para na livre docência estudar os sírios e libaneses em Franca, com base num estudo de história regional, inspirado na obra de Emmanuel Le Roy Ladurie: COELHO, 1986; COELHO, 1998. Em ambos os casos, devido alterações de temas e abordagens é que houve uma maior aproximação da trajetória de ambas as docentes, para uma leitura e apropriação da ‘Nova História Cultural’.

similar a já indicada pelas pesquisas de Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra (2000), e a de Peter Burke (2005), vistas e comparadas acima para o caso do programa de pós-graduação em História e nas defesas das dissertações. Vimos ainda à importância que é dispensada para a leitura e interpretação de certos autores e obras nas dissertações apresentadas na década de 1990, e também nas pesquisas de alguns dos docentes²¹.

Da mesma forma, a preocupação com o estudo dos homens e sociedades no tempo, diversificou-se por meio do estudo das mulheres, crianças, isto é, os outrora “excluídos da História”, e firmemente incorporados entre os novos temas de estudo na ‘Nova História Cultural’; além de se procurar rever as relações entre ‘cultura popular’ e ‘cultura erudita’, principalmente, sob o enfoque de Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Peter Burke, Robert Darnton, Michel Vovelle e Jacques Le Goff. De acordo com suas pesquisas e artigos, diagnosticando esses dilemas no ‘ofício do historiador’, a insuficiência interpretativa dos ‘velhos’ modelos teóricos diminuiu as perspectivas explicativas da História, valorizando-se em seu lugar a narração, o estilo e a forma de se escrever bem o texto. Em suas respostas indicaram que os laços da História com a Sociologia, a Geografia e a Filosofia, sofreram certo declínio, quando comparados, com a ascensão destes laços, entre a História e a Antropologia, a Psicologia, a Lingüística e a Crítica Literária, na medida em que houve maior inserção da ‘Nova História Cultural’ na França, e em países como o Brasil²².

Quanto a suas linhas de pesquisa foram tendo o seguinte direcionamento: em alguns casos mudou para acompanhar a especificidade da disciplina em que se efetivou; em outros recebeu as influências de ‘novos’ temas, abordagens e problemas, que reorientaram suas expectativas de pesquisa e docência; mas também deve ser ressaltado, que mesmo com as mudanças que foram ocorrendo, procuravam manter uma coerência com trabalhos anteriores. Para eles, os estudos históricos não estariam em crise, estaria em crise nossos modelos mentais e teóricos de compreensão e percepção da ‘realidade’, fruto de um pensamento herdado, e nesses últimos anos em declínio; ou seja, não são mais suficientes para se compreender a complexidade das transformações sociais dos homens e sociedades no tempo. Da mesma maneira que as “grandes narrativas”, baseadas em explicações teleológicas da “realidade” (muito em desgaste), para eles inviabilizaram a constituição de projetos alternativos (que englobassem a totalidade do processo histórico), ou tentativas de produzir

²¹ Mais recentemente essas referências também tem sido destacadas nas discussões de autores efetuadas em disciplinas oferecidas no programa. Por exemplo, no primeiro semestre de 2007 o Prof. Dr. Jean Marcel esteve oferecendo uma disciplina sobre a obra de Michel Foucault e sua importância para os estudos históricos. Fato semelhante vem ocorrendo nas seções estaduais e nacionais da Anpuh, nos simpósios temáticos organizados pela Profa. Dra. M. Rago, em que procura reunir trabalhos que discutam e utilizem as obras de Michel Foucault.

²² Para uma melhor avaliação destas questões, ver: LIMA, 2006; GINZBURG, 2002; CARDOSO, 2005.

conclusões “teleológicas e escatológicas”, sobre a compreensão da ‘realidade concreta’. Enfim, para eles, não obstante, a ‘Nova História Cultural’ ser a principal referência em métodos de pesquisa e na bibliografia para a docência – na orientação historiográfica dos estudos nestes últimos anos – ela também tem demonstrado, tanto em estudos de caso, quanto em obras e reflexões individuais e coletivas, sua dificuldade e também insuficiência explicativa para verificar a complexidade dos processos históricos, nos limites apresentados em suas análises²³.

Portanto, os profissionais que tiveram seus referenciais teóricos e metodológicos baseados em “escolas marxistas”, não romperam com eles, mas estão procurando complementá-los, e em alguns casos buscam uma possível síntese entre os ‘velhos’ (historicista, positivista, marxista, estruturalista, etc.) e os ‘novos modelos’ (‘Nova História’, ‘Nova História Cultural’, seja em suas versões: francesa, inglesa, norte-americana, italiana ou alemã), em função dos limites encontrados em seus antigos referenciais, na *possível* explicação da sociedade e dos homens no tempo. A *crise* interpretativa e explicativa, em que se encontram os ‘velhos’ modelos teóricos e metodológicos, se refere propriamente à dissolução do passado (enquanto ‘memória’ e ‘tradição’) e do futuro (enquanto produtor de ‘sentido’ e ‘finalidade’), em função de um presente – apreendido como – perpétuo. Essa neutralização de expectativas situa o pesquisador numa ambivalência, na medida em que a articulação entre seus ‘projetos políticos’ e ‘teóricos e metodológicos’ ora atribuída *aos fins*, preferencialmente se ressalta, hoje, *em como* analisar e interpretar os processos históricos.

Assim, vimos acompanhando a formação de um grupo de professores e pesquisadores, que estiveram reunidos no departamento de História e no programa de pós-graduação em História da UNESP, Campus de Franca, com vistas a indicar como fizeram suas leituras e apropriações do ‘Marxismo’ e da ‘Nova História Cultural’. Demonstrou-se como essa questão esteve diretamente relacionada com as mudanças que ocorreram tanto no programa de pós-graduação, em 1989 e em 1996, quanto na escolha de temas, obras e autores citados nas dissertações de mestrado, principalmente, na década de 1990. Muito embora a recepção da ‘Nova História Cultural’ houvesse sido diversa, podemos tentar sintetizar o processo nas seguintes possibilidades: a) passagem do estudo das questões econômicas para as culturais, e em certas ocasiões, visando-se uma possível síntese entre ‘o Marxismo’ e ‘a Nova História Cultural’; b) uma leitura crítica, e às vezes até contrária, às inovações temáticas, aos problemas e as abordagens da ‘Nova História Cultural’, muito embora também

²³ Para um melhor delineamento sobre esse ponto, ver: BOUTIER, JULIA, 1998; GINZBURG, 2002, 2005; DOSSE, 2004, 2007.

houvesse a ideia de se pensar uma possível síntese, mas nesse caso no interior do próprio pensamento ‘marxista’ e ‘marxiano’; c) uma leitura favorável e convergente com a ‘Nova História Cultural’, e discordante com o ‘Marxismo’; d) ou um encontro com a ‘Nova História Cultural’, devido a certas mudanças nos temas e abordagens de pesquisa. Evidentemente, essas possibilidades de leituras e de apropriações do ‘Marxismo’ e da ‘Nova História Cultural’, não se limitam aos casos aqui analisados e a essas interpretações; e que, possivelmente, foram semelhantes (e em certos casos até divergentes) em outros departamentos e programas de universidades no Brasil (como ainda no exterior)²⁴. Contudo, a redução de possibilidades dessas apropriações às características acima apontadas, é válida apenas se vistas de forma flexível, tal como se tentou demonstrar no decorrer deste estudo.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES IMPRESSAS:

AGGIO, A. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em História da América. UNESP: Franca, 1999.

_____. *A estratégia democrática ao socialismo e o governo Allende – uma contribuição ao estudo da esquerda latino-americana*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1990.

_____. *A Frente Popular no Chile: História e Historiografia*. Tese de Doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1996.

CAMPOS, A. L. A. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em Metodologia da História. UNESP: Franca, 1998a.

_____. *Memorial*. Concurso para professor assistente doutor em Metodologia da História. UNESP: Franca, 1993.

_____. *Os agregados no tempo dos Capitães-Generais. O exemplo da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1978.

²⁴ Estivemos nos últimos três anos levantando dados em outros cursos e programas, a partir de memoriais acadêmicos, e temos visto algumas semelhanças, mas tais estudos não são ainda sistemáticos. Por isso valeria a pena outras iniciativas para se procurar analisar mais detidamente o caso da apropriação do ‘Marxismo’ e da ‘Nova História Cultural’ em outros departamentos e programas de pós-graduação em História no Estado de São Paulo, como na UNESP, Campus de Assis, na Unicamp, na PUC de São Paulo e na USP. O mesmo empreendimento vale para cursos e programas de outros Estados, coisa que em muito contribuiria com esse tipo de estudo, que embora houvesse proposto algumas generalizações, não deixou de ter o cuidado de não abrangê-las ainda para todo estado, ou mesmo para o país, sem a possibilidade de comparações com a leitura e apropriações desses movimentos, em outras instituições.

_____. *O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1986.

_____. *Tempos de viver: dissidentes comunistas em São Paulo (1928-1935)*. Tese de livre docência em História. UNESP: Franca, 1998b.

CAMPOS, P. M. 'O Professor Francês': Jean Gajé. *Revista de História*. Número Jubilar Bis, São Paulo/USP, Tomo II, 103: 723-732, 1975, 2v.

CHIZOTI, G. *Memorial*. Concurso para professor assistente doutor em História Ibérica. UNESP: Franca, 1992.

COELHO, H. M. F. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em História do Brasil. UNESP: Franca, 1998.

_____. *A construção da ordem burocrática Imperial: as eleições através dos Relatórios do Ministério do Império, 1883-1889*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1986.

_____. *Imigração e história local: Sírios e Libaneses em Franca*. Tese de Livre docência em História do Brasil, FHDSS/Unesp, Franca, 1998.

DOIN, J. E. M. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em História Contemporânea. UNESP: Franca, 2001a.

_____. *A dívida externa no Império – organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração (1824-1864). Contribuição para o estudo da história financeira do Brasil*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1986.

_____. *O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Tese de livre docência em História. FHDSS/UNESP: Franca, 2001b.

GAETA, M. A. J. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em História do Brasil. UNESP: Franca, 1997a.

_____. *O bispado de São Paulo: D. Matheus de Abreu Pereira, a oração e a política (1796-1824)*. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS/UNESP: Franca, 1983.

_____. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1992.

GIGANTE, M. *História, memória e cotidiano nas primeiras séries do primeiro grau*. Dissertação de mestrado, UFScar, 1994.

_____. *A fábrica é escola: práticas sociais e educativas de empresários e trabalhadores*. Tese de doutorado, UFScar, São Carlos, 2003.

GUIMARÃES, D. M. P. *Memorial*. Concurso para professor efetivo em Antropologia. UNESP: Franca, 1997.

_____. *Os grupos sócio-profissionais na Encyclopedie de Diderot et D'Alembert*. Dissertação de mestrado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1978.

_____. *A celebração da modernidade. A Feira e a Festa nas exposições agropecuárias do Nordeste Paulista*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1996.

LEWKOWICZ, I. *Memorial*. Concurso para professor efetivo em História Moderna. UNESP: Franca, 2000.

_____. *Aspectos do pensamento dos industriais têxteis paulistas (1919 a 1930)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP: São Paulo, 1979.

_____. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado. FFLCH/USP: São Paulo, 1992.

LEWKOWICZ, I.; DI GIANNI, T. P. *Catálogo de Dissertações, 1983 – 2000*. Franca: UNESP/FHDSS, 2000.

LEME, M. S. *Aspectos da evolução urbana de São Paulo*. Tese de Doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1984.

_____. *O pensamento industrial no Brasil (1919-1945)*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1977.

MALATIAN, T. M. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em Historiografia. FHDSS/UNESP: Franca, 1999.

_____. *A Ação Imperial Patrianovista Brasileira*. Dissertação de Mestrado em História. PUC/SP: São Paulo, 1978.

_____. *Os cruzados do Império*. Tese de Doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1988.

_____. *Oliveira Lima: historiador diplomata (1867-1913)*. Tese de livre docência em História. FHDSS/UNESP: Franca, 1999.

_____. *Memorial*. Concurso para professor assistente doutor em Historiografia. FHDSS/UNESP: Franca, 1990.

MANOEL, I. A. *Memorial*. Concurso para obtenção do grau de livre docente em História do Brasil. FHDSS/UNESP: Franca, 1998a.

_____. *As reformas conservadoras da 'nova' pedagogia católica*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFSCar: São Carlos, 1982.

_____. *Igreja e educação feminina: os colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1988.

_____. *O pêndulo da História. A filosofia da história do catolicismo conservador, 1800-1960*. Tese de livre docência em História. UNESP: Franca, 1998b.

_____. O ensino da História no Brasil: origens e significados. São Paulo: Unesp, 2000, 20p. (mimeografado).

RIBEIRO JR., J.; MANOEL, I. A.; BELLUCI, F. R. & BEIRED, J. L. B. *História no vestibular da UNESP (1990-2000)*. SP: Fundação VUNESP, 2002.

SCHAPOCHNIK, N. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1992.

_____. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese de doutorado em História, FFLCH/USP, 1999.

SOUZA, N. A. *Memorial*. Concurso para professor efetivo em História Medieval. FHDSS/UNESP: Franca, 2001.

_____. *A cristianização dos mortos. A mensagem evangelizadora da ‘Legenda Aurea’ de Jacopo de Varazze*. Tese de doutorado em História. FFLCH/USP: São Paulo, 1998.

TOSI, P. G. *Memorial*. Concurso para professor efetivo em Economia. UNESP: Franca, 2001.

_____. *O pensamento português de inspiração econômica: memórias econômicas da Academia (1789-1815)*. Dissertação de Mestrado. FHDSS/UNESP: Franca, 1992.

_____. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese de doutorado em Economia. IFCH/UNICAMP: Campinas, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar – estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. RJ: Paz e Terra, 1994.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru/SP: Edusc, 2007.

ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.

BARROS, J. A. *Os campos da História*. São Paulo: Vozes: 2004.

_____. *O projeto de pesquisa em História*. São Paulo: Vozes: 2005.

BERLIN, I. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edunesp, 1997.

BOUTIER, J. & JULIA, D. (org.) *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1998.

BURGUIÈRE, A. (org.) *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia – 4ª reimpressão – São Paulo: Edunesp, 1997.

_____. *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhard & Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Edunesp, 2002.

_____. (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – 4ª reimpressão – São Paulo: Edunesp, 1992.

_____. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAPELATO, M. H. R. História Política. *Revista Estudos Históricos*. 9(17): 161-65, 1996.

CAPELATO, M. H. R., FERLINI, V., GLEZER, R. *A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História*. São Paulo: Xamã, 1995, 3v.

CAPELATO, M. H. R., GLEZER, R. & FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de História. *Revista Estudos Avançados*, 8(22): 349-358, 1994.

CAPELATO, M. H. R. & DUTRA, E. R. F. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (org.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 227-267.

CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. – 1ª reimpressão – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 1-26.

CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia – ensaios*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. A 'nova' história cultural existe? In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P. & PESAVENTO, S. J. (org.) *História e Linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 29-44.

COSTA, E. V. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 14(27): 9-26, 1994.

D'ALÉSSIO, M. M. Os Annales no Brasil. Algumas reflexões. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, 2:127-142, 1994.

_____. *Reflexões sobre o saber histórico. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Edunesp, 1999.

D'ALÉSSIO, M. M. & JANOTTI, M. L. M. Produção acadêmica da pós-graduação em História da PUC-SP. *Revista Projeto História*. São Paulo, 10: 59-72, dez./1993.

_____. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 9(17): 123-149, 1996.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann – 1ª reimpressão – São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Ediupif, 1999, 4v.

_____. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*. 2ª Edição revista e ampliada. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2004.

DOSSE, F. *História do Estruturalismo. O campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2)*. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Márcia Mansor D'Aléssio. Bauru/SP: Edusc, 2007, 2v.

_____. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Unicamp/Ed. Ensaio, 1994.

_____. *História e Ciências Sociais*. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru/SP: Edusc, 2004.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*. 9(17): 7-30, 1996.

FICO, C. & POLITO, R. *A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica (v.1)*. Ouro Preto: UFOP, 1992, 2v.

FLORESCANO, E. A função social do Historiador. *Revista Tempo*. 4: 65-79, 1997.

FRANÇA, E. d'O. Contribuição do departamento de História à historiografia brasileira. *Boletim informativo*. Série de publicações da USP, ano II, n.7, 1971.

_____. Conversa em torno de nosso ofício. *Anais de História*. 6: 11-47, 1974.

FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GINZBURG, C. *Relações de Força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. RJ: FGV, 1996.

GUIMARÃES, M. L. S. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006.

GURIEVITCH, A. *A síntese histórica e a escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, L. (org.) *A nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo – 1ª reimpressão – SP: Martins Fontes, 1995.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

LAPA, J. R. A. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*. 2ª edição – Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

LE GOFF, J. *Memória e História*. Tradução de Bernardo Leitão (et al.) – 4ª edição – Campinas. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, J. (org.) *A história escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANOEL, I. A. *O pêndulo da História. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MANOEL, I. A.; Roiz, D. S.; SANTOS, J. R. Igreja e Estado no Brasil, uma história de contraste e ambiguidades: entrevista com Ivan Aparecido Manoel. *Fragmentos de Cultura* (Goiânia), v. 16(8), 2006, p. 663-684.

MELLO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII* – 2ª edição – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MELLO, E. C. Entrevista. *Revista BrHistória*, ano 1, n. 1, 2007.

MESGRAVIS, L. O curso de pós-graduação do departamento de História da FFLCH/USP. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 3(5): 87-118, mar. 1983.

_____. A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. *Revista Estudos de História*. 4(2): 93-108, 1997.

MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, J. G. V. & REGO, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História. Nove entrevistas*. SP: Edunesp, 2000.

PERRONE-MOISÉS, L. (org.) *Do positivismo à desconstrução. Idéias Francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.

PESAVENTO, S. J. (org.) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2003.

PROST, A. Como a História faz o historiador? *Revista Anos 90*. Porto Alegre, 14: 7-28, 2000.

RAGO, M. A 'nova' historiografia brasileira. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, 11: 73-96, julho/1999.

REIS, J. C. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROIZ, D. S. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação (mestrado em História), UNESP/Franca.

_____. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Revista Ágora*, Unisc, v. 13, n. 1, 2007, pp. 65-104.

_____. & SANTOS, J. R. Historiadores Brasileiros e Franceses: uma hipótese para a recepção da escola dos Annales no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, n. 27/28, pp. 105-134, 2003.

_____. A invenção de uma tradição: 'A escola dos Annales'. *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, v. 7, n. 1, 2005, pp. 39-62.

SAID, E. W. *Representações do intelectual. As conferências Reith de 1993*. Ttradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALIBA, E. T. Historiografia e novas tendências da História. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, 4: 21-33, 1996.

SAMARA, E. M. Introdução. In: SAMARA, E. M. (org.) *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, pp. 7-24.

SCHWARCZ, R. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERNA, J.; PONS, A. *La historia cultural: autores, obras, lugares*. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

SILVA, R. F. *História da Historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. São Paulo: Edusc, 2001.

SILVA, H. R. *Fragmentos da história intelectual*. Campinas: Papirus, 2002.

SIRINELLI, J-F & RIOUX, J-P. (org.) *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV; Ed. UERJ, 1996, pp. 231-270.

_____. A geração. In: FERREIRA, Marieta M. & JANAÍNA, Amado (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 131-138.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127 – 162.